



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A - TRENSURB
Sociedade de Economia Mista - Capital Fechado
CNPJ 90.976.853/0001-56

**DIRETORIA EXECUTIVA
SETOR DE CONTABILIDADE E PATRIMÔNIO**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

Porto Alegre, 20 de Abril de 2018



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



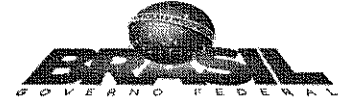
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO
(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	31/03/2018	31/12/2017		NOTA	31/03/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	60.039.069	73.200.604	Fornecedores		23.409.383	20.502.318
Créditos pela venda de serviços	5	2.846.899	1.850.032	Impostos e taxas a recolher		2.084.338	278.865
Subvenções - SIAFI conta com vinciação de pagto	6	11.438.854	8.818.436	Contribuições sociais a recolher		375.216	2.223.155
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	3.680.185	3.096.220	Obrigações trabalhistas		1.567	8.311
Adiantamento de fornecedores		65.128	65.127	Adiantamento de Clientes	14	625.762	1.334.122
Direitos a receber	8	265.517	266.669	Credores por convênios	15	673.520	670.845
Impostos a recuperar	19	7.906.653	7.920.020	Credores por depósitos		92.193	92.233
Estoques	9	27.256.147	28.554.288	Férias e encargos sociais		13.540.122	12.411.172
Despesas do exercício seguinte		323.706	245.309	Plano de Previdência - Deficit Atuarial	21c	294.280	294.280
				Provisão para contingências trabalhistas	16a	305.475.967	282.992.300
				Provisão para contingências cíveis	16b	27.100.205	27.075.409
		113.822.159	124.016.705			373.672.553	347.883.010
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão IR/CS diferido	12b	20.947.054	21.297.101
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Adiantamentos para aumento de capital	18a	340.837.432	334.239.208
Depósitos judiciais	10	18.154.234	17.656.805	Plano de Previdência - Deficit Atuarial	21c	2.471.955	2.471.955
Débitos de empregados	7	351.231	351.231			364.256.441	358.008.264
Garantias à Juízo	11	19.626.004	18.736.310	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Penhora s/ receita própria	11	27.715.347	11.236.158	Capital social	17	1.673.424.165	1.673.424.165
		65.847.492	47.981.179	Ajuste avaliação patrimonial	12b	40.661.698	41.341.201
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	Prejuízos acumulados		(805.857.731)	(773.695.276)
Imobilizado	12	1.459.730.497	1.467.791.806			908.228.131	941.070.090
Intangível	13	6.734.283	7.148.978	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		1.466.487.476	1.474.963.480			1.646.157.125	1.646.961.364
		1.532.334.967	1.522.944.659				
TOTAL DO ATIVO		1.646.157.125	1.646.961.364				

(Anexo das demonstrações financeiras)



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EM 31 DE MARÇO

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2018	31/03/2017
RECEITA LÍQUIDA	20	27.508.595	20.762.975
Custo dos serviços prestados		(57.673.038)	(51.594.160)
PREJUÍZO BRUTO		(30.164.443)	(30.831.185)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(17.487.719)	(19.151.769)
Outras receitas e despesas		(22.353.957)	85.368.197
Provisão/reversão ações trabalhistas	16a	(22.677.396)	85.202.138
Provisão/reversão ações cíveis	16b	(49.643)	(76.926)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		373.083	242.984
		(39.841.676)	66.216.427
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(70.006.119)	35.385.242
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		(3.717.926)	(6.465.853)
Receitas financeiras		1.620.848	2.999.289
Despesas financeiras	18a	(5.338.774)	(9.465.142)
SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL	18b	40.532.040	38.746.661
PREJUÍZO OPERACIONAL		(33.192.005)	67.666.050
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(33.192.005)	67.666.050
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(33.192.005)	67.666.050
Prejuízo por ação do capital social		-0,005	0,010

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

9



MINISTÉRIO DAS
 CIDADES



B

PS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE MARÇO

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.673.424.165	44.059.210	(769.977.527)	947.505.848
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	(2.718.009)	(3.717.749)	(6.435.758)
Prejuízo do exercício		-	-	(7.835.946)	(7.835.946)
Ajuste avaliação patrimonial		-	(2.718.009)	4.118.197	1.400.188
Realização da reserva do custo atribuído		-	(4.118.197)	4.118.197	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído		-	1.400.188	-	1.400.188
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.673.424.165	41.341.201	(773.695.276)	941.070.090
Créditos para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Recursos recebidos		-	-	-	-
Atualização financeira		-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-
Por incorporação de créditos		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		-	(679.503)	(32.162.456)	(32.841.959)
Prejuízo do exercício		-	-	(33.192.005)	(33.192.005)
Ajuste avaliação patrimonial		-	(679.503)	1.029.549	350.046
Realização da reserva do custo atribuído	12b	-	(1.029.549)	1.029.549	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	12b	-	350.047	-	350.047
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2018		1.673.424.165	40.661.698	(805.857.731)	908.228.131

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



MINISTÉRIO DAS
CIDADES



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE MARÇO

(Valores expressos em Reais)

	31/03/2018	31/03/2017
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(33.192.005)	67.666.050
Depreciação do custo atribuído	1.029.549	1.029.549
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(32.162.456)	68.695.599

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

g

[Handwritten signatures]



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE MARÇO
(Valores expressos em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(33.192.005)	67.666.050
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		10.842.421	10.793.052
Baixa de bens do ativo imobilizado		-	-
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	18a	5.315.522	9.229.596
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	16	22.727.039	(85.125.212)
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	18b	(40.532.040)	(38.746.661)
		<u>(34.839.062)</u>	<u>(36.183.176)</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		(996.867)	126.657
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(2.620.418)	6.486.848
Estoques		1.298.141	792.558
Tributos e Contribuições a Recuperar		13.367	164.012
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(17.866.312)	1.151.937
Demais contas de Ativo		(661.211)	114.559
		<u>(20.833.301)</u>	<u>8.836.569</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		2.907.065	3.381.871
Impostos e taxas a recolher		78.612	(190.057)
Contribuições sociais a recolher		125.916	(865.715)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		875.213	495.734
Credores por convênios e depósitos		(705.725)	420.248
Plano de previdência e pensão a empregados		-	-
Contingências trabalhistas e cíveis	16	(218.576)	(3.395.668)
		<u>3.062.504</u>	<u>(153.586)</u>
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		(52.609.859)	(27.500.194)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(2.366.417)	(920.768)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(2.366.417)	(920.768)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital	18a	1.282.701	-
Recursos de Subvenção do Tesouro Nacional	18b	40.532.040	38.746.661
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		<u>41.814.741</u>	<u>38.746.661</u>
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	(13.161.535)	10.325.699
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		73.200.604	66.102.625
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		60.039.069	76.428.324

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

(13.161.535) 10.325.699



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE MARÇO
(Valores expressos em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receita de prestação de serviços		26.602.910	19.774.465
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		998.000	1.089.269
Outras receitas e despesas (líquidas)		393.402	243.679
Provisões trabalhistas e cíveis		(22.727.039)	85.125.212
		<u>5.267.273</u>	<u>106.232.626</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(3.158.607)	(2.210.520)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(23.143.653)	(21.788.767)
Perda na realização de ativos		-	-
		<u>(26.302.260)</u>	<u>(23.999.287)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>(21.034.987)</u>	<u>82.233.339</u>
Depreciação e amortização		(10.842.421)	(10.793.052)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		<u>(31.877.408)</u>	<u>71.440.288</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		40.532.040	38.746.661
Receitas financeiras		1.620.848	2.999.289
		<u>42.152.888</u>	<u>41.745.950</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>10.275.480</u>	<u>113.186.238</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		<u>10.275.480</u>	<u>113.186.238</u>
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		26.970.489	25.342.644
Benefícios		4.984.381	4.698.579
FGTS		2.143.990	1.968.201
		<u>34.098.860</u>	<u>32.009.423</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		3.543.806	3.524.138
Estaduais		38.804	39.250
Municipais		12.884	22.973
		<u>3.595.494</u>	<u>3.586.362</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		23.251	235.547
Aluguéis		434.357	459.261
		<u>457.610</u>	<u>694.807</u>
Juros sobre adiantamento de capital		<u>5.315.522</u>	<u>9.229.596</u>
Prejuízo retido		<u>(33.192.005)</u>	<u>67.666.050</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017 (valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TRENSURB é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 As demonstrações financeiras individuais da Empresa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das sociedades por ações, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da empresa.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado estão descritas a seguir:

a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Instrumentos Financeiros

b.1) Ativos financeiros não derivativos

A empresa reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A empresa possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

b.2) Passivos financeiros não derivativos

A empresa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A empresa possui fornecedores e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

d) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção foram avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída quando aplicável provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

f) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

g) Imobilizado e Intangível

São registrados pelo custo histórico de aquisição, ajustado pela depreciação e amortização calculado pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. A administração definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da empresa e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

h) Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto na NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até o encerramento do trimestre, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica desta empresa.

j) Demais ativos, passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	18.000	14.650
Valores em trânsito	1.133.036	989.350
Aplicações de liquidez imediata	58.888.033	72.196.604
	<u>60.039.069</u>	<u>73.200.604</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

5. CRÉDITOS PELA VENDA DE SERVIÇOS

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	1.839.985	844.287
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	1.006.914	1.005.745
	<u>2.846.899</u>	<u>1.850.032</u>

As contas de alugueis, arrendamentos e concessões estão deduzidas da provisão para risco de crédito no montante de R\$ 263.644.

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITO DE EMPREGADOS

	<u>31/03/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.223.467	-	2.770.129	-

Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	1.213.920	-	104.800	-
Débitos de empregados	242.798	351.231	221.291	351.231
	<u>3.680.185</u>	<u>351.231</u>	<u>3.096.220</u>	<u>351.231</u>

a) Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período a provisão é no montante de R\$ 20.861.

b) Débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TRENSURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcida pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, o montante a ser recebido no ativo circulante referente ao Plano de Saúde pós-pago de R\$ 40.227 no primeiro trimestre 2018 (R\$ 48.789 em 2017) e não circulante R\$ 268.816, já ajustados por provisão de R\$ 131.492, quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. Os demais débitos de empregados do ativo circulante totalizam R\$ 202.571 no 1º trimestre 2018 e (R\$ 172.502 em 2017) e do não circulante R\$ 82.415.

8. DIREITOS A RECEBER

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Convênio Pessoal Cedido	29.600	60.070
Depósitos e Cauções	39.824	39.614
Dividendos/ Juros a Receber/ Outros devedores	38.169	9.061
Devedores Infração Legal e Contratual	157.924	157.924
	<u>265.517</u>	<u>266.669</u>

O valor de R\$ 157.924 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo o montante de R\$ 125.123 classificadas como remota perda e R\$ 32.801 classificado como possível perda, pela área Jurídica da empresa.

9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs, incluindo os sobressalentes dos 15 novos trens adquiridos pela empresa, registrados no grupo de Material de TUES e Veículos.

Estoques de materiais de consumo	31/03/2018	31/12/2017
Material de TUES e Veículos	21.918.737	23.208.455
Material da Via Permanente	543.358	1.063.258
Sistemas operacionais	3.748.913	3.604.566
Materiais de expediente e administrativos	1.045.139	678.010
	27.256.147	28.554.288

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/03/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais Cíveis	20.158	19.859
Depósitos Judiciais Trabalhistas	17.817.629	17.310.486
Depósitos Judiciais S/ Aplicação Financeira	64.744	64.116
Processos Judiciais - Recursos Próprios	251.702	262.344
	18.154.234	17.656.805

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO

A Penhora Sobre Receita Própria no primeiro trimestre foi de R\$ 16.479.189 (R\$ 11.236.158 em 2017) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. Os valores de penhora de receita própria, repostos pelo Tesouro Nacional através de receita de Subvenção de Sentença não liberados aos reclamantes são transferidos para conta Garantias à Juízo.

O aumento do saldo da conta de penhora deve-se a determinação de penhora da receita própria conforme mandado de penhora de créditos presentes e futuros, datado de 04 de outubro de 2017, expedido pelo juiz da 5ª. Vara do Trabalho de Porto Alegre, o processo Judicial 0118000-35.2005.5.04.000, que tem como objeto diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994, no valor de R\$ 30.459.967,66. Até o encerramento do exercício houve penhora no valor de R\$ 10.680.000,00. A empresa realizou a solicitação do crédito conforme CE DIRAF 0023/2017 e 033/2017, que não foi atendido até o encerramento deste trimestre.

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	Taxa Média Anual Depreciação (%)	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
		Corrigido	Acumulada	31/03/2018	31/12/2017
Terrenos	-	39.568.205	-	39.568.205	39.568.205
Edificações, estações e depósitos	4	235.099.877	(56.261.004)	178.838.873	180.072.233
Obras de arte (passarelas e viadutos)	3	161.888.065	(61.365.954)	100.522.111	101.293.438
Via permanente	3	604.347.557	(96.406.895)	507.940.662	510.892.688
Sistemas operacionais	9	216.865.831	(80.607.230)	136.258.601	137.920.096
Veículos ferroviários/aeromóvel	5	366.390.177	(103.710.176)	262.680.001	251.548.260
Veículos rodoviários	33	876.493	(855.437)	21.056	25.915
Equip. processamento de dados	22	5.634.594	(4.774.453)	860.141	756.324
Equipamentos, máquinas e instrumentos	13	55.845.135	(36.312.093)	19.533.042	20.508.033
Instalações	11	11.089.885	(4.838.968)	6.250.917	6.492.677
Móveis e utensílios	10	8.566.619	(5.533.496)	3.033.123	3.167.552
Benfeitorias em bens de terceiros	17	14.091.449	(8.891.775)	5.199.674	5.282.327
Imobilizado em curso	-	195.710.069	-	195.710.069	206.950.034
Importações em andamento	-	63.040	-	63.040	63.040
Imobilizado a Classificar	-	(305.369)	-	(305.369)	(305.369)
Almojarifado de bens imobilizados	-	3.556.352	-	3.556.352	3.556.352
		1.919.287.979	(459.557.482)	1.459.730.497	1.467.791.806

Movimentação do trimestre	31/03/2018
Saldo inicial	1.467.791.806
Adições	2.350.417
Baixas e Transferências	-
Depreciação	(10.411.726)
Saldo final	1.459.730.497

b) A empresa realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da empresa procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

No 1º trimestre de 2018 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 1.029.549 referente a depreciação e no valor de R\$ 350.046,87 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 40.661.697 (R\$ 41.341.201 em 2017) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 20.947.054 (R\$ 21.297.101 em 2017).

c) A Administração da Empresa através de relatório de teste de recuperação dos ativos emitido por especialistas em 12/01/2018, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment"), conforme dispõe NBC TG 01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

d) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 414.285.405 em 31 março de 2018.

f) Os ativos imobilizados estão cobertos por seguro contra incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendaval e roubo, além de danos materiais e corporais a terceiros. O tipo de cobertura e a extensão dos bens cobertos por seguro são determinados em função do valor e do grau de risco envolvidos, perfazendo um valor segurado de R\$ 13.486.876.

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

Contas	Taxa anual amortização (%)	Custo	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
		Corrigido	Acumulada	31/03/2018	31/12/2017
Direito de uso de imóveis	Vida útil indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	Vida útil indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	0	-
Softwares	20	10.907.509	(5.549.026)	5.358.483	5.773.178
Outras despesas de informática	10	26.000	(26.000)	0	0
Intangível em Curso	0	-	-	0	0
		12.314.181	(5.579.897)	6.734.283	7.148.978

Movimentação do trimestre	31/03/2018
Saldo inicial	7.148.978
Adições	16.000
Baixas e Transferências	-
Amortização	(430.695)
Saldo final	6.734.283

14. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Credores p/ Venda Créditos/Bilhetes	520.551	278.685
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	-	1.024.757
Adiantamento Clientes Comerciais	105.211	30.680
	<u>625.762</u>	<u>1.334.122</u>

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

15. CREDORES POR CONVÊNIO

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Convênios SESI/SENAI	271.265	250.648
Assistência Saúde	402.255	418.048
Credores Diversos	0	2.148
	<u>673.520</u>	<u>670.845</u>

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. A provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 305.475.967 (R\$ 258.119.776 em 31/12/2017), para ações de empregados e de R\$ 875.270 (R\$ 881.893 em 31/12/2017), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Saldo em 1.º de janeiro	282.992.300	346.666.157
(+) Provisão	22.677.396	-
(-) Reversão	-	85.202.138
(-) Pagamentos	193.729	3.344.242
	<u>305.475.967</u>	<u>258.119.776</u>

A variação do saldo das provisões trabalhistas deve-se significativamente ao registro de reversão da provisão dos processos trabalhistas nº 0118000-35.2005.5.04.0005 e nº 0054500-36.1999.5.04.0027 que possuem como objeto, diferenças salariais decorrentes da conversão da URV do ano de 1994. No exercício de 2016 estas provisões foram atualizadas tendo como base o IPCA-E. Em 2017 houve a atualização com base nos últimos cálculos juntados nos respectivos processos, tendo sido elaborado pelos peritos oficiais, designados pelo juízo da 5ª Vara e 27ª Vara respectivamente. Registra-se ainda que ao realizar o cálculos os peritos utilizaram para efeitos de correção monetária a Tabela Única de Conversão de Débitos Trabalhistas-FACDT, tendo como indexador a TR e não o IPCA-E que estava sendo usado para efeitos de provisionamento.

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da empresa, é considerada possível compõe-se de R\$ 101.961.650 (R\$ 94.360.781 em 2017) sendo ações de empregados R\$ 6.152.472 e R\$ 4.026.860 ações de empregados de empresas terceirizadas.

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da empresa, é considerada provável. A movimentação destas provisões em 31 de março de 2018 e dezembro de 2017 está composta como segue:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Saldo em 1.º de janeiro	27.075.409	23.890.907
(+) Provisões	49.643	3.373.140
(-) Pagamentos	24.847	188.639
Saldo em 31 de março	27.100.205	27.075.409

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da empresa, é considerada possível em 31 de março de 2018 é de R\$ 6.026.430,98 .

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 1.673.424.165 está representado por 7.118.868.877 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

<u>Composição Acionária em</u>	<u>31/03/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
União Federal	7.110.409.591	99,8812	7.110.409.591	99,8812
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0919	6.543.949	0,0919
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0269	1.915.337	0,0269
Total	7.118.868.877	100,0000	7.118.868.877	100,0000

18. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta de despesas financeiras no montante de R\$ 5.315.522 em 31 de março de 2018 (R\$ 30.226.118 em 2017).

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas.

<u>Subvenção</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Pessoal	31.905.242	28.970.164
Sentença	1.946.291	5.360.478
Custeio	6.680.507	4.416.020
	<u>40.532.040</u>	<u>38.746.661</u>

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da empresa está definido conforme Lei Orçamentária Anual - LOA/2018, número 13.587, de 02 de janeiro de 2018, e fixou a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2018 em R\$ 227.346.452. Deste valor, R\$ 98.631.927, são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 128.714.525 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	<u>Lei Orçamentária</u>	<u>Recursos Próprios Fonte 250/280</u>	<u>Recursos Subvenção Fonte 100</u>
Pessoal	120.196.196	30.664.901	89.531.295
Sentença	24.121.886	-	24.121.886
Custeio	82.028.370	66.967.026	15.061.344
Investimento	1.000.000	1.000.000	-
	<u>227.346.452</u>	<u>98.631.927</u>	<u>128.714.525</u>

19. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os valores de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSSL) a recuperar referem-se a retenções na fonte sobre a receita de aplicações financeiras e receita de aluguel a órgãos públicos.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PASEP/COFINS	-	-
IRPJ	6.716.245	6.791.958
CSLL	4.050	3.918
ICMS	345.859	345.848
IRRF	840.499	778.295
	<u>7.906.653</u>	<u>7.920.020</u>

Existem prejuízos fiscais operacionais de R\$ 612.154.369 e bases negativas de CSLL de R\$ 627.152.929. Durante o período, saldos das contas de IRPJ e CSLL a recuperar foram utilizados para compensar os valores a recolher de Pasep e Cofins.

20. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
RECEITA BRUTA		
Serviço de transporte metroviário	26.602.910	19.774.465
Aluguéis, arrendamentos e concessões	998.000	1.089.269
	<u>27.600.910</u>	<u>20.863.734</u>
Devolução de Vendas	-	-
Tributos sobre a receita bruta	<u>(92.315)</u>	<u>(100.760)</u>
	<u>(92.315)</u>	<u>(100.760)</u>

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TRENSURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte. Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício. Na fase ativa o plano pode ocorrer desequilíbrio nos casos de concessão de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, caso o custeio atuarial ou premissas atuariais não aderentes ao plano. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano também apresenta risco, pois há a opção de concessão de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevida maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	
Taxa de Juros Atuarial	4,5% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	zero
Taxa de Rotatividade	0,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	TASA 27

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	2017	2016
Patrimônio - P	54.554.450,77	49.049.924,72
Passivos Atuariais (Valor Presente)		
Benefícios Concedidos – A	32.837.893,70	31.641.897,55
Benefícios a Conceder – B	27.305.032,08	23.590.499,61
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	- 5.516.926,47	-5.665.378,90
Patrocinadora - C1	- 2.847.231,53	-2.788.612,26
Participante - C2	- 74.379,85	-82.267,82
Assistidos - C3	- 2.595.315,09	-2.794.498,82
Total das Provisões - D = A + B + C	54.625.999,31	49.567.018,26
Fundo Previdencial – E	31.732,36	156.399,29
Superávit/Déficit Atuarial - F = P + D – E	- 103.280,90	- 673.492,83
Valor do Ajuste de Precificação = G	948.469,69	705.268,71
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	845.188,79	31.775,88

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2017, o plano Trensurb Prev, apresentou um déficit técnico de R\$ 103.280,90, entretanto como o equilíbrio técnico ajustado foi positivo em R\$ 845.188,79, não haverá necessidade de equacionar o Plano. Ressalta-se, que com a alteração da Resolução MPS/CGPC Nº 26 de 2008 pela Resolução MTPS/CNPC Nº 22 de 2015, os planos de benefícios previdenciários só serão passíveis de equacionar déficits, se os mesmos ultrapassarem o limite que é estabelecido para cada plano. No caso do plano Trensurb Prev o limite de déficit é de R\$ 1.976.149,75, portanto só passaria por equacionamento de déficit ao longo de 2018 se o valor do equilíbrio técnico ajustado fosse superior ao valor citado.

A duration do plano foi de 10,77 anos no encerramento de 2017, logo o limite de déficit técnico acumulado corresponde a 6,77% da provisão matemática. As premissas que sofreram alteração em 2017, foram a taxa de juros de 5% para 4,5% a.a e a rotatividade de 0,32% para 0,0%, as demais permanecem inalteradas. Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 11,74% no ano, enquanto a meta atuarial (INPC + 5,00%) foi de 7,17%, portanto o resultado dos investimentos foi superior à meta atuarial estabelecida em 4,57%.

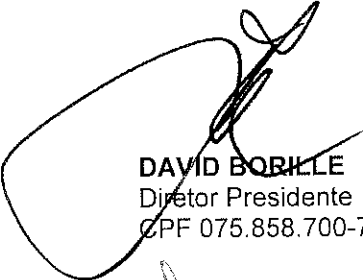
Quanto ao Déficit contratado de responsabilidade da Patrocinadora, cabe informar que sua amortização ocorrerá conforme Plano de Equacionamento de Déficit 2013 e 2014, com prazo de equacionamento de 127 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 2%. O

saldo devedor esta registrado nas obrigações exigíveis, com prazo remanescente de amortização de 94 meses. As parcelas já pagas foram debitadas do Fundo Previdencial.

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.26/2008.


Porto Alegre, 31 de março de 2018.



DAVID BORILLE
Diretor Presidente
CPF 075.858.700-78




MARIA CECILIA DA SILVA BRUM
Diretora de Administração e Finanças
CPF 983.515.910-68



DIEGO JOSE TARTA
Diretor de Operações
CPF 971.087.070-04



SONIA MARIA DE MOURA
Gerência de Orçamento e Finanças
Contadora CRC/RS 75.055
CPF 961.086.060-53



TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA
Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 90.987
CPF: 029.422.060-71

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

**Aos
Diretores e Acionistas da
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – TRENSURB
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial e orçamentário e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas. A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R3) Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Trabalhos de Revisão das Demonstrações Contábeis). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R3), aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram anteriormente auditados por nós auditado com relatório datado de 14 de fevereiro de 2018, sem modificação de opinião. Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2018, cujos valores são apresentados para fins comparativos e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

São Paulo, 25 de maio de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC/RS 71.505/O-3 – “T” –SP
Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/O-2 – S - SP
Responsável Técnico